



## PODER

# Pedida a apuração de visita da “dama do tráfico”

MP do TCU quer investigação a respeito da presença, na pasta da Justiça, de advogada supostamente ligada ao Comando Vermelho

» EVANDRO ÉBOLI

Reprodução/redes sociais



Luciane Barbosa com Rafael Brandani, titular da Secretaria Nacional de Políticas Penais: advogada seria o braço financeiro do CV no Amazonas

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pediu investigação sobre a presença da advogada Luciane Barbosa — com supostos vínculos com o Comando Vermelho — nas dependências do Ministério da Justiça, onde ela participou de audiências com auxiliares do ministro Flávio Dino.

O subprocurador-geral do MP no tribunal, Lucas Furtado, pediu a abertura de apuração para “investigar possíveis condutas atentatórias à moralidade administrativa e eventual desvio de finalidade no uso das dependências do Ministério da Justiça”. Luciane é casada com Clemilson dos Santos Farias, vulgo Tio Patinhas, chefe da facção criminosa no Amazonas.

O caso foi revelado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Para o subprocurador, o fato macula a reputação do ministério responsável pelo combate ao crime no país e “abala a confiança da sociedade brasileira em importantes instituições que promovem a segurança pública e a justiça no país”.

Para Furtado, o argumento do ministério de que não tinha conhecimento do possível vínculo da advogada com a facção criminosa e até de sua condenação por associação ao tráfico, entre outros crimes, não pode ser considerado.

“Qualquer que fosse o interesse público alegado para justificar o encontro, certamente não se tratava da única via disponível, cabendo ao órgão público selecionar interlocutores que respeitem a moralidade pública exigida das instituições oficiais”, registrou o procurador, na peça.

Autoridades do ministério receberam Luciane, conhecida como a “dama do tráfico” amazônica, em audiência. Foram duas visitas neste ano. A advogada e o grupo que a acompanhava estiveram com dois secretários e dois



**Investigar possíveis condutas atentatórias à moralidade administrativa e eventual desvio de finalidade no uso das dependências do Ministério da Justiça”**

Trecho do pedido

diretores da pasta, encontros que não foram registrados nas agendas oficiais dessas autoridades.

Luciane e Clemilson foram condenados em segunda instância por lavagem de dinheiro, associação para o tráfico e organização criminosa. Tio Patinhas cumpre 31 anos no presídio de Tefé (AM). A advogada foi sentenciada a 10 anos e recorre em liberdade.

O Ministério Público do Amazonas aponta Luciane como o “braço financeiro” do grupo comandado por seu companheiro e que “exercia papel fundamental, também, na ocultação de valores

oriundos do narcotráfico, adquirindo veículos de luxo, imóveis e registrando ‘empresas laranjas’”.

Em 19 de março, Luciane esteve com Elias Vaz, secretário Nacional de Assuntos Legislativos de Flávio Dino e ex-deputado federal. Em 2 de maio, ela se encontrou com Rafael Velasco Brandani, titular da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen). Esses encontros foram registrados por ela nas redes sociais, nas quais justificou que levava ao governo “denúncias de revistas vexatórias” no sistema prisional amazônico.

Vaz, em entrevista ao *Correio*,

assumiu toda a responsabilidade pela presença de Luciane no ministério. Ele admitiu o erro e disse que não fez checagem prévia. Contou, ainda, ter sido repreendido por seu superior, Flávio Dino.

“O ministro está muito contrariado com tudo isso. Lógico que me chamou a atenção”, frisou Vaz. Ele falou em mudar o comportamento, de agora em diante, e que fará um “filtro” quando for receber convidados para audiência em sua sala.

Nem será mais preciso. Com o episódio, o secretário-executivo da pasta, Ricardo Cappelli,

baixou portaria que restringe o acesso e a circulação de pessoas nas dependências do Palácio da Justiça, sede da pasta. A partir de agora, só será autorizada a presença da pessoa que, 48 horas antes da data prevista da audiência ou reunião, comunique formalmente por e-mail nomes de todos os participantes e acompanhantes, com inserção dos respectivos CPFs.

E mais: a entrada no ministério será precedida também do contato da recepção com o “ponto focal” da unidade de destino, que autorizará ou não o ingresso da pessoa.

### Série de requerimentos

Em dois dias, bolsonaristas apresentaram 13 novos requerimentos de convocação de Dino e pedidos de explicação ao ministro sobre a presença da advogada em seu ministério.

Os parlamentares querem levá-lo à Comissão de Segurança Pública, onde o ministro já se recusou a ir, argumentando riscos à sua integridade física — o colegiado é formado quase na sua totalidade por integrantes da bancada da balança —, e também à Comissão de Fiscalização e Controle, também dominada por aliados de Jair Bolsonaro e presidida por Bia Kicis (PL-DF).

O deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), autor de um dos pedidos de convocação de Dino, postou nas redes sociais: “Bolsonaro ficou inegável por receber embaixadores. Qual é a punição para Lula, que permite que integrantes do CV (Comando Vermelho), condenados por tráfico, façam reuniões com o Ministério da Justiça?”.

Autor de outro requerimento, Evair de Melo (PP-ES) disse que a notícia mostra o descompasso entre a realidade do crime organizado e a capacidade da pasta de lidar com ameaças de forma eficaz.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

# O gabinete do ministro Flávio Dino tem cheiro de queimado

Quem tem um secretário de Assuntos Legislativos como Elias Vaz não precisa de inimigos. Ex-vereador na Câmara de Goiânia por quatro mandatos e ex-deputado federal, membro do alto escalão do Ministério da Justiça, não poderia se comportar como aquele parlamentar que posa para selfies nos salões e corredores do Congresso quando um suposto eleitor ou correligionário pede. Mas foi o que fez no exercício do cargo, ao receber Luciane Barbosa Farias, mulher de Tio Patinhas, chefe do Comando Vermelho no Amazonas, que foi preso em 2022 e cumpre pena de 30 anos.

O encontro foi revelado pelos repórteres do *Estadão* André Shalders e Tácio Lorrain e teve muita repercussão no Congresso. O deputado Amom Mandel (Cidadania-AM) chegou a apresentar uma notícia crime à Procuradoria-Geral da República (PGR), na qual solicita uma investigação sobre as reuniões no Ministério da Justiça com a participação da esposa do traficante e da ONG Instituto Liberdade do Amazonas, uma em março, com a Secretaria de Assuntos Legislativos, e outra em maio, com a Secretaria Nacional de Políticas Penais.

Fotos de Elias Vaz com a comitiva de

Luciane, da qual participara a ex-deputada Jacira Rocha, do PSol do Rio de Janeiro, autora do requerimento de audiência, em nome da Associação Nacional da Advocacia Criminal (Anacrim), criaram grande constrangimento para o ministro Flávio Dino, inclusive por meio da divulgação de uma fake news na qual o ministro teria estado com Luciane. Na verdade, a foto é da atriz e humorista potiguar Vi Alvarez, que postou mensagem nas redes desmentindo a informação.

“A mentira de hoje, continuando a canalhice de ontem, é que essa senhora do vídeo abaixo é uma criminosa com quem eu teria me reunido, o que é absolutamente falso, como afirmo desde ontem. Esses bandidos inventam essas calúnias para aglutinar gente da mesma espécie, a fim de praticar o mal. Vejam o desmentido da atriz e humorista, que recebe a minha solidariedade pessoal”, disse o ministro da Justiça no X (ex-Twitter), muito irritado com essa história.

Na primeira reação, o Ministério da Justiça subestimou a repercussão do caso. Alegou que as duas reuniões foram solicitadas por escritórios de advocacia, não havendo como o sistema de inteligência

da pasta prever qual seria a comitiva. A resposta foi um atestado de incompetência, pois sabe-se que o acesso aos palácios do Executivo, do Congresso e do Supremo sempre exige prévia identificação, com a apresentação de documentos. A maioria dos ministérios segue a norma.

### Mui amigos

O secretário de Assuntos Legislativos do ministério, Elias Vaz, assumiu a responsabilidade e reconheceu o erro, para isentar Dino de qualquer responsabilidade, mas o estrago nas redes sociais já estava feito. Seria até o caso de o secretário pedir demissão, mas não foi o que aconteceu. O próprio Vaz minimizou o incidente, e o ministério estabeleceu regras mais rígidas de acesso aos gabinetes, tais como fornecer nome e CPF dos participantes das reuniões com 48 horas de antecedência, enviar solicitação de audiência por e-mail e identificar, na recepção, qualquer visitante que não tenha audiência previamente marcada, o que é muito comum acontecer com acompanhantes de parlamentares.

Nada disso resolve o problema de

fundo da visita. É notório o envolvimento de ONGs e outras instituições com organizações criminosas, a pretexto de defender os direitos humanos e a melhoria das condições carcerárias, principalmente com o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e o Comando Vermelho (CV). Ocorre em muitas cidades do país e envolve políticos e gestores públicos. Sabe-se que postos de gasolina, associações sem fins lucrativos e ONGs são usados para lavagem de dinheiro. A melhor resposta do Ministério da Justiça ao caso será puxar o fio dessa meada.

Nos bastidores do Ministério da Justiça, assessores de Dino consideraram o episódio um erro de Vaz, que deveria ter mais controle sobre a lista de participantes. Mas o estrago maior não tem a ver com esse fato e, sim, com a disputa pela vaga da ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber. Dino é um candidato fortíssimo, já foi o favorito, porém enfrenta resistências em duas frentes: uma são seus colegas de Senado, com os quais sequer teve convivência, pois foi eleito no ano passado e logo assumiu a pasta

da Justiça; a outra, o PT, que tem seus próprios interesses.

No primeiro caso, o candidato preferido dos senadores é o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, com muito mais trânsito entre eles por ter sido consultor jurídico da Casa. A rejeição ao nome de Igor Roberto Albuquerque Roque para o cargo de defensor público da União, por 38 votos contra e 35 a favor, com uma abstenção, foi um recado de que não querem Dino no STF.

O segundo, é o PT, que defende junto a Lula indicação para o Supremo de um quadro historicamente ligado ao partido, no caso, o atual advogado-geral da União, Jorge Messias. Funcionário de carreira do órgão, foi procurador da Fazenda Nacional e assessor direto da então presidente Dilma Rousseff.

Ou seja, Dino passa por um processo de isolamento político, e qualquer desgaste que sofra, como nesse caso da “dama do tráfico” do Amazonas, favorece os aliados de Lula que desejam outro nome no Supremo. Era o favorito para a vaga de Rosa Weber, agora está sendo queimado.